



Carta de Minas Gerais

Nós, Trabalhadores e trabalhadoras em educação da educação básica da rede pública de Minas Gerais, reunidos em Belo Horizonte, nos dias 7 e 8 de julho, no Encontro Pedagógico Latinoamericano debatemos intensamente sobre Educação Pública, democracia e resistências.

O diálogo que tivemos com os movimentos sociais e sindical do Paraguai, Venezuela, México, Honduras e Argentina durante o Encontro evidenciaram os ataques que hoje a democracia representativa tem recebido em nossos países. Um outro sistema político, que atenda aos interesses da maioria da população, que coloque a política a serviço do bem do povo e não dos interesses privados, faz-se cada vez mais urgente. No diálogo com nossos irmãos Latinoamericanos vimos como a escola pública sofre forte ataque e corre riscos de privatização.

Os discursos de meritocracia em nossos países escondem os verdadeiros objetivos dos governos: responsabilizar os professores pelos resultados educacionais, enquanto diminuem investimentos e retiram direitos. Negam ao povo o direito à educação, que passa a ser tratada como serviço, como mercadoria. Reafirmamos nosso compromisso com a defesa da democracia. Sabemos que onde não há liberdade, não há direitos. A criminalização das lutas sociais em nossos países têm acontecido como parte dos golpes do estado e da implementação das agendas neoliberais.

Manifestamos nossa solidariedade a todos os irmãos e irmãs Latinoamericanos que morreram em luta pela democracia.

A luta dos professores mexicanos também é nossa. Também é nosso o choro das mães e pais que tiveram arrancados de seus lares os 43 estudantes que permanecem desaparecidos desde setembro de 2014. Gritamos juntos "Porque vivos os levaram, vivos os queremos."

Exigimos das autoridades mexicanas a libertação dos presos políticos que estão em luta contra a reforma educacional no país. A luta por educação não é caso de polícia, é direito do povo.

Nos solidarizamos ao povo argentino que enfrenta hoje violação de direitos, aumento do desemprego e da pobreza por ações do Governo Macri. Exigimos o fim das perseguições ao movimento sindical no país.

Ao vermos a luta dos povos de Honduras, Paraguai e Argentina nos identificamos no enfrentamento que fazem diante dos Poderes Legislativo e Judiciário que assumem o papel golpista e de defesa da pauta neoliberal em nossos países. O Poder Judiciário não pode continuar imaculado, que não passa pelo voto popular.

Seguimos firmes na construção de um movimento pedagógico Latinoamericano que unifique, cada vez mais, os trabalhadores e trabalhadoras em educação de nossos países. Reafirmamos nosso compromisso com uma educação libertadora, inclusiva e democrática.

Nos posicionamos contra o projeto Escola sem Partido, que é na verdade escola de pensamento único, da intolerância e da criminalização da profissão docente.

Diante de tão intenso debate, colocamo-nos à disposição de envidar esforços pela construção de um dia internacional de luta anual em defesa da escola pública, contra os ataques dos governos capitalistas que na atual conjuntura de crises do capital querem impor políticas de estado mínimo, retirando da classe trabalhadora o direito democrático básico de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Continuaremos a denúncia dos golpes de estado, resistindo nas ruas e em luta pela pátria livre!

Belo Horizonte - MG, 8 de julho de 2016.

